

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

**Requerimento nº , de 2007
(Do senhor Pedro Wilson)**

Solicita a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para lembrar os 11 anos do massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado de Carajás/Pará, no fatídico 17 de abril de 1996, e discutir a situação da violência no campo hoje.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para lembrar os 11 anos do massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado de Carajás/Pará, no fatídico 17 de abril de 1996. Para tanto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes entidades: MDA/INCRA; MST, MPA, CONTAG, FETRAF, MNDH, CPT, CIMI, OAB, OAB/PARÁ, Ministério Público Federal, FENAJ, SNDH e CUT.

JUSTIFICAÇÃO:

O dia 17 de Abril de 1996 é uma data que não pode, sob nenhuma hipótese, ser apagada da memória nacional. Dia 17 de abril tem que permanecer vivo em nossa memória como um grito contra a impunidade, contra a violência praticada no campo, e em qualquer lugar, contra o abuso da autoridade policial, contra a inércia do Estado, dos governos na adoção de medidas voltadas a implementação da reforma agrária.

Dia 17 de abril 17 de abril de 1996, rodovia PA-150, próximo a Eldorado dos Carajás, sul do Pará. Trabalhadores rurais sem terra organizados pelo MST, inclusive mulheres e crianças, que marchavam até Belém para pressionar o governo estadual pela desapropriação da fazenda Macaxeira, haviam decidido na véspera reivindicar ônibus ou caminhões para acelerar a chegada à capital. Eles bloquearam a rodovia; a tropa da PM foi acionada e em pouco tempo houve uma negociação, prontamente atendida pelo MST: os ônibus seriam enviados se eles desbloqueassem a rodovia.

O que parecia ser um ato de boa vontade foi uma armadilha: segundo relatos de sobreviventes do massacre, as promessas do comandante da PM não foram cumpridas. A PM bloqueou a rodovia com um caminhão, e tropas vindas dos dois sentidos da rodovia (de Marabá e de Parauapebas) encurralaram os trabalhadores sem terra, armados apenas com paus, pedras e suas ferramentas. É sabido que os soldados vieram fortemente armados e não estavam identificados... algo muito incomum para uma simples desocupação de rodovia, ainda mais quando se trata de pessoas desarmadas. E aí o massacre se instalou.

Uma década após o massacre de Eldorado dos Carajás, nenhum dos assassinos foi punido: os quase 200 soldados e oficiais da PM foram absolvidos por falta de provas. Pantoja, que foi condenado a 228 anos de prisão, desfruta de sua aposentadoria em casa, como se nada tivesse ocorrido.

Do lado dos sem terra, mais três trabalhadores que sobreviveram ao massacre morreram, em decorrência dos ferimentos, elevando para 22 o número de vítimas da truculência da PM em 17 de abril de 1996.

Ademais, nos últimos 20 anos, cerca de 1,5 mil lideranças de trabalhadores rurais foram mortas em conflitos no campo, de acordo com números da CONTAG. Desse total, apenas 76 casos foram julgados e apenas em 16 deles houve condenação.

Esses dados constataam que a impunidade e a violência no campo é uma realidade nua e crua e nos revela uma verdade que exige mudança, exige compromisso político por parte das autoridades governamentais. Nesse sentido, com a consciência do nosso dever como parlamentar, é que solicitamos a esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias a aprovação de audiência pública para esta avivarmos estas questões tão candentes: em memória dos mortos no massacre, contra a impunidade e a violência no campo e pela reforma agrária.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2007.

Deputado PEDRO WILSON